

**PROCESSO SELETIVO PARA O PROGRAMA DE ESTÁGIO
DE ESTUDANTES DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO**

Nome completo: _____

Identidade nº: _____ Órgão expedidor: _____

CPF: _____ Número de inscrição: _____

PROVA OBJETIVA

Data da aplicação: 24/11/2024

LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES ABAIXO:

1. Só abra este caderno de provas após ler todas as instruções e quando for autorizado pelos fiscais da sala.
2. Ao receber este caderno, confira se ele contém **30 (trinta) questões**, com **5 (cinco)** alternativas de resposta cada uma, correspondente à Prova Objetiva.
3. Preencha seus dados pessoais neste caderno.
4. A duração da prova é de **4 horas**, já incluindo o tempo determinado para o preenchimento da Folha de Respostas e a transcrição das respostas para as folhas de texto definitivo das questões da Prova Discursiva.
5. O(a) candidato(a) deverá permanecer por, no mínimo, **1 (uma) hora** após o início das provas.
6. Aconselha-se assinalar, inicialmente, a resposta de cada questão neste caderno e, só depois, transferi-la para a Folha de Respostas. Não é permitida a utilização de nenhum material de consulta, nem a comunicação com outros candidatos.
7. Para marcar a Folha de Respostas utilize apenas caneta esferográfica azul ou preta. A marcação na Folha de Respostas é definitiva, não admitindo rasuras. Em nenhuma hipótese haverá substituição de Folha de Respostas por erro de preenchimento do candidato.
8. Só marque **UMA** resposta para cada questão.
9. Só se deve levantar-se com autorização dos fiscais de sala. Os fiscais não estão autorizados a emitir opinião nem a prestar esclarecimentos sobre o conteúdo das provas. Cabe unicamente ao(à) candidato(a) interpretar e decidir.
10. É obrigatória a devolução do caderno de provas. O gabarito da prova objetiva e a íntegra dos respectivos cadernos de prova serão divulgados no site da PGE-CE (www.pge.ce.gov.br), 1 (um) dia após sua realização.

Assinatura do(a) candidato(a): _____

**PROCESSO SELETIVO PARA O PROGRAMA DE ESTÁGIO DE ESTUDANTES
NA PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO DO CEARÁ
— PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO – 2024 —**

PROVA OBJETIVA

I – DIREITO CONSTITUCIONAL

- 1) Sobre os direitos e garantias fundamentais previstos na Constituição Federal de 1988, assinale a alternativa correta:**
- a) O direito de propriedade é garantido pela Constituição, mas a propriedade deve atender à sua função social;
 - b) A casa é asilo inviolável do indivíduo, não podendo nela penetrar sem consentimento do morador, salvo em caso de flagrante delito ou desastre, ou para prestar socorro, ou, a qualquer momento, por determinação judicial;
 - c) É livre a manifestação do pensamento, sendo permitido o anonimato em situações excepcionais;
 - d) O mandado de segurança coletivo pode ser impetrado por organização sindical, entidade de classe ou associação legalmente constituída e em funcionamento há pelo menos um ano, em defesa dos interesses da coletividade como um todo;
 - e) A gratuidade do registro civil de nascimento e da certidão de óbito, por constituir direito fundamental insculpido no art. 5º, LXXVI, da CF, é garantida a todos.
- 2) Em relação à organização do Estado na Constituição Federal de 1988, especificamente sobre as competências e os Estados federados (arts. 23, 24 e 25 da Constituição Federal), assinale a alternativa correta:**
- a) É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios proteger o meio ambiente e combater a poluição em qualquer de suas formas;
 - b) No âmbito da legislação concorrente, a competência da União não se limitará ao estabelecimento de normas gerais, sem prejuízo do exercício da competência suplementar pelos Estados;
 - c) Os Estados organizam-se e regem-se pelas Constituições e leis que adotarem, não havendo reserva das competências que lhes sejam vedadas pela Constituição Federal;

- d) Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre direito tributário, financeiro, penitenciário, econômico e urbanístico, excluindo-se desta competência os Municípios;
- e) Os Estados poderão, mediante lei ordinária, instituir regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões, constituídas por agrupamentos de municípios limítrofes, para integrar a organização, o planejamento e a execução de funções públicas de interesse comum.

3) Sobre a Administração Pública na Constituição Federal de 1988, assinale a alternativa correta:

- a) A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência;
- b) As pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos responderão pelos danos ocasionados por quaisquer atos que seus agentes causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa;
- c) A publicidade dos atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos deverá ter caráter educativo, informativo ou de orientação social, sendo permitida a inclusão de nomes, símbolos ou imagens de autoridades ou servidores públicos, em caráter não predominante;
- d) As funções de confiança e os cargos em comissão, ambas exercidas exclusivamente por servidores ocupantes de cargo efetivo, nas condições e em percentuais mínimos previstos em lei, destinam-se apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento;
- e) Os atos de improbidade administrativa importarão a cassação dos direitos políticos, a demissão da função pública, o confisco dos bens e o pagamento de multa civil, na forma e gradação previstas em lei, com prejuízo da ação penal cabível, que ficará suspensa até o término do processo administrativo.

4) Em relação ao regime jurídico e previdenciário dos servidores públicos, assinale a alternativa correta:

- a) De acordo com a Constituição Federal, o servidor público estável perderá o cargo apenas nas seguintes hipóteses: em virtude de sentença judicial transitada em julgado ou mediante processo administrativo em que lhe seja assegurada ampla defesa;
- b) É constitucional a modalidade de provimento que propicie ao servidor investir-se, sem prévia aprovação em concurso público destinado ao seu provimento, em cargo que não integra a carreira na qual anteriormente investido, desde que haja similaridade de funções;

- c) O limite de idade para a inscrição em concurso público é legítimo, independentemente da natureza das atribuições do cargo a ser preenchido, em respeito ao princípio da isonomia;
- d) Os vencimentos dos cargos do Poder Legislativo e do Poder Judiciário não poderão ser superiores aos pagos pelo Poder Executivo para cargos de atribuições iguais ou assemelhadas;
- e) A fixação dos vencimentos dos servidores públicos pode ser objeto de convenção coletiva, desde que respeitado o teto remuneratório constitucional.

5) Com base no texto constitucional sobre Finanças Públicas, assinale a alternativa incorreta:

- a) A competência da União para emitir moeda será exercida exclusivamente pelo banco central;
- b) É vedada a realização de operações de créditos que excedam o montante das despesas de capital, ressalvadas as autorizadas mediante créditos suplementares ou especiais com finalidade precisa, aprovados pelo Poder Legislativo por maioria absoluta;
- c) Os orçamentos fiscal e de investimento das empresas estatais, compatibilizados com o plano plurianual, terão entre suas funções a de reduzir desigualdades inter-regionais, segundo critério populacional;
- d) A lei orçamentária anual não conterá dispositivo estranho à previsão da receita e à fixação da despesa, não se incluindo na proibição a autorização para abertura de créditos suplementares e contratação de operações de crédito, ainda que por antecipação de receita, nos termos da lei;
- e) As emendas ao projeto de lei do orçamento anual ou aos projetos que o modifiquem somente podem ser aprovadas caso indiquem os recursos necessários, admitidos apenas os provenientes de anulação de despesa, incluídas, nestas, as dotações para pessoal e seus encargos, serviço da dívida e transferências tributárias constitucionais para Estados, Municípios e Distrito Federal.

6) Acerca do controle de constitucionalidade no sistema jurídico brasileiro, analise as afirmativas a seguir:

- I. O Supremo Tribunal Federal poderá, de ofício ou por provocação, após reiteradas decisões sobre matéria constitucional, aprovar súmula que terá efeito vinculante em relação aos demais órgãos do Poder Judiciário e à administração pública direta e indireta.
- II. São partes legítimas para propor a ação direta de inconstitucionalidade e a ação declaratória de constitucionalidade o Presidente da República, a Mesa do Senado Federal, a Mesa da Câmara dos Deputados, e o Procurador-Geral da República, entre outros.

- III. As decisões definitivas de mérito, proferidas pelo Supremo Tribunal Federal, nas ações diretas de inconstitucionalidade e nas ações declaratórias de constitucionalidade produzirão eficácia contra todos e efeito vinculante, relativamente aos demais órgãos do Poder Judiciário e à administração pública direta e indireta.
- IV. Não viola a cláusula de reserva de plenário a decisão de órgão fracionário de tribunal que afasta a incidência de lei ou ato normativo do Poder Público, desde que não declare expressamente a sua inconstitucionalidade.
- V. Quando o Supremo Tribunal Federal apreciar a inconstitucionalidade, em tese, de norma legal ou ato normativo, citará, previamente, o Advogado-Geral da União, que defenderá o ato ou texto impugnado.

Estão corretas as afirmativas:

- a) I, II e III apenas;
- b) II, III e V apenas;
- c) I, II, III e V apenas;
- d) I, III e V apenas;
- e) I, II, III, IV e V.

II – DIREITO ADMINISTRATIVO

7) A respeito das licitações e contratos administrativos é correto afirmar:

- a) O edital da licitação pode fixar as cláusulas do futuro contrato ou, a critério da administração, estabelecer as regras de participação, direitos e obrigações dos interessados em participar do certame;
- b) O edital da licitação pode estabelecer requisitos socioambientais que digam respeito à redução de impactos negativos sobre o meio ambiente para aquisição de materiais ecoeficientes;
- c) A administração pode adotar fase de pré-qualificação consistente na convocação de interessados que, uma vez preenchidos os requisitos necessários, ficarão credenciados para executar o objeto, quando convocados;
- d) A modalidade de concurso busca adquirir obra pronta disponível para venda no mercado, a ser escolhida pelo julgamento da melhor qualidade técnica, científica ou artística, mediante o pagamento de prêmio ao vencedor;
- e) A modalidade do pregão é adotada para alienação de bens inservíveis.

8) Acerca da organização administrativa, é correto afirmar:

- a) As entidades da administração indireta são descentralizadas, autônomas para cumprir seus objetivos e resguardadas do controle e fiscalização estatal a fim de manter a isonomia com as entidades privadas;
- b) A organização da administração direta por meio da desconcentração administrativa caracteriza-se pelo desempenho das atividades por órgãos originados da pessoa jurídica, hierarquicamente distribuídos e com competência definida em lei;
- c) Uma autarquia é entidade da administração indireta com personalidade jurídica de direito privado;
- d) A desconcentração administrativa mantém a possibilidade de tutela administrativa pelo órgão central;
- e) As agências reguladoras dedicam-se a regular a prestação de serviços públicos por empresas privadas, ficando as empresas públicas deste seguimento subordinadas à regulação do controle interno.

9) A respeito da responsabilidade civil do Estado é correto dizer:

- a) O descumprimento de um dever pelo servidor público que vier a causar um prejuízo a um particular não acarretará responsabilidade ao Estado mas do agente omissor, cabendo responsabilizar o Estado pelas condutas comissivas;
- b) O ajuizamento de ação indenizatória pelo prejudicado contra o Estado por responsabilidade extracontratual decorrente de ato praticado por servidor público não exclui deste o direito de regresso, consistente no ajuizamento de ação de improbidade administrativa contra o servidor;
- c) O nexo causal entre a conduta imputada ao Estado e o dano alegado pelo prejudicado é elemento essencial para a caracterização da responsabilidade civil do Estado;
- d) O cancelamento de provas em concurso público, se organizado pessoa jurídica de direito privado, poderá gerar ao candidato prejudicado direito a indenização por danos materiais a ser prestado pela organizadora, resguardado o Estado de qualquer responsabilização;
- e) Os danos causados por tabeliões e oficiais de registro, no exercício de suas funções, nos Estados em que as serventias extrajudiciais já possuem natureza privada, não podem ser cobrados do Estado.

10) A respeito do controle da administração pública, assinale a alternativa correta:

- a) O controle judicial sobre a Administração Pública atinge o ato, o procedimento, a decisão administrativa, desde que em suas formas, resguardados os conteúdos para a avaliação jurídica e técnica dos órgãos administrativos;
- b) O Tribunal de Contas da União julga a responsabilidade dos indivíduos que em geral venham a causar prejuízo ao erário da União;

- c) O controle popular, para ser exercido, deve se submeter ao crivo do Poder Legislativo, por meio dos representantes do povo;
- d) O controle realizado pelo Poder Legislativo é exclusivamente político, ficando a cargo dos demais poderes os controles jurídicos;
- e) O controle exercido pelos tribunais de contas pode ser concomitante ou posterior aos atos sob a sua jurisdição.

11) A respeito do regime jurídico dos agentes públicos, assinale a alternativa correta:

- a) A investidura em cargo em cargo, emprego função ou comissão depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo;
- b) Os servidores públicos efetivos e comissionados submetem-se à aposentadoria compulsória;
- c) O teto remuneratório constitucional não se aplica ao montante resultante da adição de proventos de inatividade com a remuneração do cargo em comissão;
- d) Os poderes administrativos outorgados aos agentes públicos são irrenunciáveis;
- e) A incorporação de vantagens de caráter temporário ou vinculadas ao exercício de função de confiança ou de cargo em comissão à remuneração do cargo efetivo depende do exercício contínuo por cinco anos ou intercalado por dez anos.

12) Acerca dos atos e poderes administrativos, assinale a alternativa correta:

- a) Homologação, parecer, visto e licença são atos administrativos negociais;
- b) Dentre os atributos do ato administrativo está a sua absoluta presunção de legitimidade;
- c) A revogação de um ato administrativo submete-se aos critérios de conveniência e oportunidade, respeitados os direitos adquiridos;
- d) A anulação de um ato administrativo, em regra, não pode ter efeitos retroativos;
- e) O poder de polícia é absolutamente indelegável, mesmo que o delegatário faça parte da estrutura da administração pública indireta.

III – DIREITO TRIBUTÁRIO

13) Analise as afirmativas abaixo sobre a execução fiscal, conforme a Lei nº 6.830/80 e a jurisprudência dos tribunais superiores, e assinale a alternativa correta:

- I. A Fazenda Pública pode substituir a certidão de dívida ativa (CDA) até a prolação da sentença de embargos, quando se tratar de correção de erro material ou formal, vedada a modificação do sujeito passivo da execução.
 - II. O ajuizamento da execução fiscal suspende automaticamente a exigibilidade do crédito tributário, até o trânsito em julgado da sentença que julgar improcedente os embargos à execução.
 - III. Na execução fiscal, o redirecionamento para o sócio-gerente da empresa executada é possível quando seu nome consta na Certidão de Dívida Ativa (CDA), não sendo ônus da Fazenda Pública, neste caso, comprovar que o sócio agiu com excesso de poderes, infração à lei ou ao estatuto social.
 - IV. É possível a penhora de faturamento da empresa executada, desde que em percentual que não inviabilize a atividade empresarial.
 - V. A concessão de liminar em mandado de segurança que suspende a exigibilidade do crédito tributário impede o ajuizamento de execução fiscal relativa ao mesmo crédito.
- a) Apenas as afirmativas I, II e III estão corretas;
 - b) Apenas as afirmativas II, III, IV e V estão corretas;
 - c) Apenas as afirmativas I, II, IV e V estão corretas;
 - d) Apenas as afirmativas I, III, IV e V estão corretas;
 - e) Todas as afirmativas estão corretas.

14) Em relação à prescrição e à decadência no Direito Tributário, analise as afirmativas abaixo e assinale a alternativa correta:

- I. A decadência refere-se ao prazo que o Fisco tem para constituir o crédito tributário.
 - II. O parcelamento do crédito tributário interrompe a prescrição.
 - III. O protesto extrajudicial interrompe a prescrição.
 - IV. Nos casos de tributos sujeitos a lançamento de ofício, como o IPVA, o prazo decadencial para o Fisco constituir o crédito tributário é de 5 anos contados do primeiro dia do exercício seguinte àquele em que o lançamento poderia ter sido efetuado.
 - V. A efetiva constrição patrimonial do devedor, realizada dentro do prazo de 5 anos contados do fim da suspensão de 1 ano, é causa interruptiva da prescrição intercorrente, mesmo que os atos executivos subsequentes não logrem localizar patrimônio capaz de satisfazer a dívida.
- a) Apenas as afirmativas I, II e V estão corretas;
 - b) Apenas as afirmativas I, II e III estão corretas;
 - c) Apenas as afirmativas II, III e IV estão corretas;
 - d) Apenas as afirmativas I, II, IV e V estão corretas;
 - e) Todas as afirmativas estão corretas.

15) Analise as afirmativas abaixo sobre imunidade e isenção tributária e assinale a alternativa correta:

- a) A imunidade tributária dos templos de qualquer culto abrange não só os prédios destinados ao culto, mas também o patrimônio, a renda e os serviços relacionados com as finalidades essenciais das entidades religiosas;
- b) A isenção é uma limitação ao poder de tributar prevista na Constituição, enquanto a imunidade é uma dispensa legal do pagamento de tributo concedida por meio de lei infraconstitucional;
- c) A imunidade dos livros, jornais, periódicos e do papel destinado a sua impressão abrange outros insumos como tintas e serviços utilizados no processo de impressão;
- d) A isenção tributária deve ser interpretada de forma favorável ao contribuinte, podendo ser ampliada por analogia para alcançar situações semelhantes, ainda que não expressamente previstas na legislação;
- e) As autarquias que prestam serviços públicos gozam de imunidade recíproca em relação a todas as espécies de taxas, incluindo as taxas de fiscalização e de poder de polícia, bem como as taxas pela utilização efetiva ou potencial de serviços públicos específicos e divisíveis.

16) Analise as afirmativas abaixo sobre os diferentes tipos de tributos no sistema tributário brasileiro e assinale a alternativa correta:

- I. Os impostos são tributos cuja obrigação tem por fato gerador uma situação independente de qualquer atividade estatal específica relativa ao contribuinte.
 - II. As taxas são cobradas em razão do exercício do poder de polícia ou pela utilização, efetiva ou potencial, de serviços públicos específicos e divisíveis, prestados ao contribuinte ou postos à sua disposição.
 - III. A contribuição de melhoria pode ser instituída para fazer face ao custo de obras públicas de que decorra valorização imobiliária, tendo como limite total a despesa realizada e como limite individual o acréscimo de valor que da obra resultar para cada imóvel beneficiado.
 - IV. É permitida a vinculação da receita de impostos a órgão, fundo ou despesa específica, desde que haja relação direta entre o fato gerador do imposto e a destinação dos recursos. Por exemplo, um Estado pode vincular a arrecadação do IPVA exclusivamente ao custeio das rodovias estaduais, dado que ambos estão relacionados a veículos automotores.
 - V. As contribuições sociais, como as previdenciárias, têm sua destinação vinculada às finalidades que justificaram sua instituição.
- a) Apenas as afirmativas I, II e III estão corretas;
 - b) Apenas as afirmativas II, III e IV estão corretas;
 - c) Apenas as afirmativas I, II, III e V estão corretas;
 - d) Apenas as afirmativas I, III, IV e V estão corretas;
 - e) Todas as afirmativas estão corretas.

17) Os princípios constitucionais tributários são fundamentais para a limitação do poder de tributar e para a proteção dos direitos dos contribuintes. Considerando esses princípios, assinale a alternativa correta:

- a) O princípio da legalidade tributária impede a instituição ou majoração de tributos sem a prévia aprovação de lei específica, com exceção do imposto sobre a transmissão causa mortis e doações (ITCMD), que pode ser alterado por ato do Poder Executivo;
- b) O princípio da legalidade tributária é mitigado no caso das contribuições sociais destinadas ao financiamento da seguridade social, permitindo a alteração de suas alíquotas por ato do Poder Executivo, observados os limites legais;
- c) O princípio da anterioridade nonagesimal (noventa) estabelece que, em regra, a cobrança de tributos instituídos ou majorados somente poderá ocorrer após 90 dias da publicação da lei que os criou ou aumentou, excetuando-se, entre outros impostos, o ICMS;
- d) O princípio da isonomia tributária exige que o legislador trate de forma idêntica os contribuintes que se encontram em situações equivalentes, vedando qualquer tipo de diferenciação tributária em função de atividades econômicas ou profissionais, independentemente de razões de política fiscal;
- e) O princípio da não-cumulatividade, aplicável ao ICMS e ao IPI, garante o direito à compensação integral do imposto pago nas operações anteriores, mesmo em casos de isenção ou não-incidência na operação subsequente, conforme entendimento pacificado do STF.

18) No Direito Tributário, os conceitos de contribuinte e responsável tributário são fundamentais para a identificação das obrigações tributárias. Considerando esses conceitos, analise as afirmativas abaixo:

- I. Os casos de responsabilidade tributária são sempre caracterizados pela subsidiariedade, não sendo permitido ao legislador estabelecer solidariedade entre o contribuinte e o terceiro responsável, uma vez que a solidariedade não é admitida no Direito Tributário.
- II. O responsável tributário é aquele que, mesmo sem realizar o fato gerador, é obrigado por lei ao pagamento do tributo ou ao cumprimento de obrigação acessória, em lugar do contribuinte.
- III. Contribuinte e responsável tributário são, ambos, sujeitos passivos cujas obrigações decorrem, direta e exclusivamente, do fato gerador que corresponde à hipótese de incidência do tributo.
- IV. O responsável tributário é sujeito passivo de relação jurídica própria, instituída por regra matriz de responsabilidade tributária, definida por dispositivo legal inconfundível com o que define a regra matriz de incidência tributária.

Assinale a alternativa correta:

- a) Apenas as afirmativas II e III estão corretas;
 - b) Apenas as afirmativas I e IV estão corretas;
 - c) Apenas as afirmativas II e IV estão corretas;
 - d) Apenas as afirmativas I e III estão corretas;
 - e) Todas as afirmativas estão corretas;
-

IV – DIREITO PRIVADO E TEORIA GERAL DO DIREITO

- 19) Em seu trabalho na Procuradoria de Processo Administrativo-Disciplinar, o(a) estagiário(a) de pós-graduação depara-se com potencial situação de alegada violação da Lei Geral de Proteção de Dados (Lei federal 13.709/2018). Sobre o tema, você, como estagiário(a) de pós-graduação, deve saber que o tratamento de dados pessoais pelo Poder Público:**
- a) é sempre vedado;
 - b) é permitido apenas com o consentimento do titular;
 - c) pode ser realizado para o atendimento de sua finalidade pública;
 - d) só pode ocorrer em situações de emergência;
 - e) depende de autorização judicial.
- 20) Em seu trabalho na Consultoria-Geral, pede-se que o(a) estagiário(a) de pós-graduação elabore um parecer, analisando a possível ocorrência de *suppressio* (*Verwirkung*). Sobre isso, o(a) estagiário(a) de pós-graduação deve saber que:**
- a) a recepção da *suppressio* no Brasil é inviável, por se tratar de uma teoria estrangeira incompatível com o ordenamento jurídico brasileiro;
 - b) a *suppressio* é aplicável comumente a contratos de longa duração, para evitar o exercício abusivo de direitos não reclamados por um longo período;
 - c) a *suppressio* é aplicável em todas as relações contratuais, independentemente da natureza e do prazo do contrato;
 - d) a *suppressio* é aplicável apenas em contratos de adesão, como mecanismo de proteção da parte hipossuficiente;
 - e) a *suppressio* não se aplica no direito público.

- 21) **Em seu trabalho na Procuradoria da Administração Indireta, o(a) estagiário(a) de pós-graduação recebe a incumbência de minutar defesa da Fazenda Pública em ação judicial na qual empregado público exige a aplicação de norma de convenção coletiva de trabalho celebrada por representante sindical da categoria correspondente à sua profissão. Para elaborar uma minuta adequada, o(a) estagiário(a) de pós-graduação precisa saber que:**
- a) as normas da CLT são aplicáveis integralmente aos empregados públicos, sem qualquer ressalva, devendo a Administração Pública conceder aos empregados públicos todos os benefícios previstos em norma de convenção coletiva de trabalho celebrada pelo representante sindical da categoria correspondente à profissão do empregado público;
 - b) os empregados públicos estão sujeitos exclusivamente às normas específicas dos servidores públicos, não se podendo admitir a existência de convenção coletiva de trabalho que os beneficie;
 - c) as normas da CLT aplicam-se de modo geral aos empregados públicos, mas as normas negociadas devem ser veiculadas em acordo coletivo de trabalho, não em convenção coletiva de trabalho;
 - d) não se admite a existência de funcionários regidos pela CLT na Administração Pública;
 - e) os empregados públicos somente possuem direitos trabalhistas restritos, nos termos do art. 39, § 3º, da Constituição da República (“Aplica-se aos servidores ocupantes de cargo público o disposto no art. 7º, IV, VII, VIII, IX, XII, XIII, XV, XVI, XVII, XVIII, XIX, XX, XXII e XXX, podendo a lei estabelecer requisitos diferenciados de admissão quando a natureza do cargo o exigir”).
- 22) **Em seu trabalho na Procuradoria Judicial, o(a) estagiário(a) de pós-graduação recebe na caixa de entrada do Portal do Procurador um despacho de Procurador do Estado: “Elaborar minuta de embargos de declaração”. A decisão condena a Administração Pública ao pagamento de danos morais coletivos por violação aos bons costumes. Sobre os bons costumes, o(a) estagiário(a) de pós-graduação deve saber que:**
- a) trata-se de instituto retrógrado, não mais aplicável no direito civil contemporâneo;
 - b) trata-se de instituto aplicável tão somente em casos envolvendo questões de comportamento sexual;
 - c) trata-se de instituto complementar ao abuso de direito;
 - d) trata-se de instituto aplicável em qualquer espécie de relações jurídicas recíprocas;
 - e) trata-se de uma abordagem do abuso de direito, que, portanto, somente pode ser utilizada por meio da formulação dogmática de grupos de casos.
- 23) **A pedido do Gabinete do Procurador-Geral do Estado, o(a) estagiário(a) de pós-graduação deve elaborar minuta de decreto. Para executar corretamente a tarefa, o(a) estagiário(a) de pós-graduação deve saber que:**

- a) é tecnicamente incorreto o dispositivo “Revogam-se as disposições em contrário”;
- b) é recomendável a utilização de sinônimos, em detrimento da utilização repetida dos mesmos termos e expressões, a fim de assegurar uma leitura mais fluida do texto normativo;
- c) as disposições da Lei Complementar federal 95/1998 não se aplicam aos decretos;
- d) as disposições transitórias devem compor a parte preliminar do decreto;
- e) o primeiro artigo do texto deve indicar tão somente o objeto do decreto.

24) Em seu trabalho na Procuradoria de Licitações, Contratos Administrativos e Controle Externo, o(a) estagiário(a) de pós-graduação recebe a atribuição de elaborar minuta de contestação a reclamação apresentada por contraparte à Fazenda Pública contra decisão judicial proferida pelo TJCE, ainda sem a certificação do trânsito em julgado. O Enunciado 734 da Súmula de Jurisprudência Dominante do STF é: “Não cabe reclamação quando já houver transitado em julgado o ato judicial que se alega tenha desrespeitado decisão do Supremo Tribunal Federal”. Neste contexto, o(a) estagiário(a) de pós-graduação deve saber ser incorreto que:

- a) a coisa julgada é formada independentemente da certificação do trânsito em julgado nos autos;
- b) a coisa julgada é formada no momento em que não caiba mais recurso de uma decisão judicial;
- c) a coisa julgada é constitucionalmente protegida;
- d) a coisa julgada somente pode ser relativizada em hipóteses excepcionais, sendo a ação rescisória e a previsão legal as únicas formas admitidas;
- e) há coisa julgada caso se repita ação judicial que já foi decidida por decisão transitada em julgado.

V – DIREITO PROCESSUAL CIVIL

25) Acerca das normas fundamentais do Código de Processo Civil, assinale a alternativa correta:

- a) O princípio da boa-fé é exigível do autor, réu e terceiros, mas não se aplica ao Estado-juíz;
- b) Na aplicação do Direito, está interdito ao juiz valer-se dos princípios da proporcionalidade e razoabilidade;
- c) Quando a matéria objeto da decisão for de ordem pública, o juiz poderá decidi-la, mesmo que não tenha havido, sobre ela, prévia manifestação das partes;

- d) A ordem cronológica de julgamento não admite quebra para fins de julgamento de processos em bloco para aplicação de tese jurídica firmada em julgamento de casos repetitivos;
- e) Na ausência de normas que regulem processos eleitorais, trabalhistas ou administrativos, as disposições deste Código lhes serão aplicadas supletiva e subsidiariamente.

26) Acerca dos sujeitos processuais, assinale a alternativa errada:

- a) Nos casos de litisconsórcio passivo necessário, o juiz determinará ao autor que requeira a citação de todos que devam ser litisconsortes, dentro do prazo que assinar, sob pena de extinção do processo;
- b) Os litisconsortes serão considerados, em suas relações com a parte adversa, como litigantes distintos, exceto no litisconsórcio unitário, caso em que os atos e as omissões de um poderão beneficiar ou prejudicar os demais;
- c) O chamamento ao processo da União com base no art. 130, III, do CPC, nas demandas propostas contra os demais entes federativos responsáveis para o fornecimento de medicamentos ou prestação de serviços de saúde, não é impositivo, mostrando-se inadequado opor obstáculo inútil à garantia fundamental do cidadão à saúde;
- d) Verificada a incapacidade processual ou a irregularidade da representação da parte, o juiz suspenderá o processo e designará prazo razoável para que seja sanado o vício;
- e) A União, os Estados, o Distrito Federal, os Municípios e suas respectivas autarquias e fundações de direito público gozarão de prazo em dobro para todas as suas manifestações processuais, cuja contagem terá início a partir da intimação pessoal, ressalvados os casos em que a lei estabelecer, de forma expressa, prazo próprio para o ente público.

27) Assinale a alternativa correta:

- a) Ao réu revel será lícita a produção de provas, contrapostas às alegações do autor, desde que se faça representar nos autos a tempo de praticar os atos processuais indispensáveis a essa produção;
- b) O documento público faz prova da sua formação, mas não dos fatos que o escrivão, o chefe de secretaria, o tabelião ou o servidor declarar que ocorreram em sua presença;
- c) O juiz não pode admitir o depoimento das testemunhas menores, impedidas ou suspeitas;
- d) Publicada a sentença, o juiz somente pode corrigi-la por meio de embargos de declaração;
- e) Nenhum juiz decidirá novamente as questões já decididas relativas à mesma lide, salvo se, tratando-se de relação jurídica de trato continuado, sobreveio modificação no estado de fato ou de direito, caso em que poderá a parte pedir a revisão do que foi estatuído na sentença.

28) Acerca do cumprimento de sentença e da execução, é errado afirmar:

- a) No cumprimento de sentença que impuser à Fazenda Pública o dever de pagar quantia certa, o exequente apresentará demonstrativo discriminado e atualizado do crédito contendo, dentre outros, o índice de correção monetária adotado; os juros aplicados e as respectivas taxas; o termo inicial e o termo final dos juros e da correção monetária utilizados e a periodicidade da capitalização dos juros, se for o caso;
- b) No cumprimento de sentença de pagar quantia certa contra a Fazenda Pública, esta será intimada na pessoa de seu representante judicial, por carga, remessa ou meio eletrônico, para, querendo, no prazo de 30 (trinta) dias e nos próprios autos, impugnar a execução;
- c) A multa aplicada para o cumprimento de obrigação de fazer ou não fazer independe de requerimento da parte e poderá ser aplicada na fase de conhecimento, em tutela provisória ou na sentença, ou na fase de execução, desde que seja suficiente e compatível com a obrigação e que se determine prazo razoável para cumprimento do preceito;
- d) A execução provisória de obrigação de fazer em face da Fazenda Pública deve se submeter ao regime constitucional dos precatórios;
- e) Na execução fundada em título extrajudicial, a Fazenda Pública será citada para opor embargos em 30 (trinta) dias.

29) Acerca dos processos nos Tribunais, recursos e sucedâneos recursais, é correto afirmar:

- a) É cabível o incidente de resolução de demandas repetitivas mesmo quando um dos tribunais superiores, no âmbito de sua respectiva competência, já tiver afetado recurso para definição de tese sobre questão de direito material ou processual repetitiva;
- b) Caberá reclamação contra acórdão de Tribunal de segundo grau para garantir a observância de acórdão de recurso extraordinário com repercussão geral reconhecida, independentemente da interposição extraordinário contra esse acórdão;
- c) O recurso interposto por um dos litisconsortes a todos aproveita, salvo se distintos ou opostos os seus interesses;
- d) As questões resolvidas na fase de conhecimento, se a decisão a seu respeito não comportar agravo de instrumento, não são cobertas pela preclusão e podem ser apreciadas de ofício pelo órgão julgador da apelação;
- e) Cabe agravo interno contra decisão do presidente ou do vice-presidente do tribunal recorrido que inadmitir recurso extraordinário ou recurso especial com fundamento em intempestividade.

30) Acerca do mandado de segurança, da ação popular, do processo coletivo e do processo estrutural, assinale a alternativa errada:

- a) A teoria da encampação é aplicada no mandado de segurança quando presentes, cumulativamente, os seguintes requisitos: existência de vínculo hierárquico entre a autoridade que prestou informações e a que ordenou a prática do ato impugnado; manifestação a respeito do mérito nas informações prestadas; e ausência de modificação de competência estabelecida na Constituição Federal;
- b) A pessoa jurídica de direito público ou de direito privado, cujo ato seja objeto de impugnação em ação popular, poderá abster-se de contestar o pedido, ou poderá atuar ao lado do autor, desde que isso se afigure útil ao interesse público, a juízo do respectivo representante legal ou dirigente;
- c) O Ministério Público tem legitimidade para propor ação civil pública em defesa do patrimônio público;
- d) A sentença em ação civil pública fará coisa julgada erga omnes, nos limites da competência territorial do órgão prolator, exceto se o pedido for julgado improcedente por insuficiência de provas, hipótese em que qualquer legitimado poderá intentar outra ação com idêntico fundamento, valendo-se de nova prova;
- e) Nos processos estruturais, a pretensão deve ser considerada como de alteração do estado de coisas ensejador da violação dos direitos, em vez de se buscar solucionar pontualmente as infringências legais, cuja judicialização reiterada pode resultar em intervenção até mais grave na discricionariedade administrativa que se pretenderia evitar ao prestigiar as ações individuais.

Ajude a aprimorar os processos seletivos da Procuradoria-Geral do Estado do Ceará.

Envie suas sugestões, críticas e elogios para estagios@pge.ce.gov.br.

“A educação tem sentido porque mulheres e homens aprenderam que é aprendendo que se fazem e se refazem, porque mulheres e homens se puderam assumir como seres capazes de saber, de saber que sabem, de saber que não sabem. De saber melhor o que já sabem, de saber o que ainda não sabem”.

Paulo Freire, *Pedagogia da Indignação*: cartas pedagógicas e outros escritos, São Paulo: Unesp, 2000, p. 40.
